

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ao Ilustríssimo Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha/ES


Concorrência Eletrônica nº 90003/2025.

DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.488.247/001-73, sediada no Córrego São Gabriel, Anexo 2, Zona Rural, São Gabriel da Palha/ES, por seu sócio administrador o Sr. WELFRIDO PISKI, portador de RG de nº 880.761 SSP ES e do CPF nº 996.180.527-53, vem respeitosamente, interpor Recurso Administrativo em face da decisão de habilitação da empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA**.

Inicialmente, observa-se que a proposta apresentada está inexecutável, conforme item 7.12 alínea “b”.

Ademais, após uma análise detalhada na proposta enviada pela empresa **X Brasil**, verificou-se a inconformidade em sua **composição de custo** apresentada:

Observou-se que no item **2.1 – SINAPI – Cod. 4741, Pó de pedra (posto pedreira/fornecedor, sem frete)** e o item **4.1 – COMP. 2, execução de pavimentação em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8cm. Af_10/2022**, podemos notar que ambos os itens usam o **insumo 4741**, como é mostrado a baixo:



EMPREENHIMENTOS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA


SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL, CORREIO COMPRIMIDO ESTACA II A III

LOCAL: ZONA RURAL

REF. CUSTOS: SINAPI 04/2025 DECONERADO, DER - ES RODOVIAS 10/2024 ATUALIZADO PARA 06/2025, DER - ES EDIFICAÇÕES 02/2025

BDI : 35,80%



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

COMPOSIÇÃO DE CUSTO						
[Sanificação e Despesa Indireta - BDI]						R\$ 0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)						R\$ 1.021,67
TOTAL COM BDI - (35,80%)						R\$ 1.286,14

2		TERRAPLANAGEM				
COMPOSIÇÃO 11			SINAPI - IJUMO - CODIGO (4741)		Pó de pedra (posto pedreira/fornecedor, sem frete)	
ITEM 2.1	Tipo Item	Código do Item	Descrição	Unidade	Coefficiente	CUSTO UNIT.
	SINAPI - IJUMO	4741	Pó de pedra (posto pedreira/fornecedor, sem frete)	m3	1m³	R\$ 100,04
CUSTO ADOPTADO SEM BDI						R\$ 100,04
TOTAL COM BDI - (35,80%)						R\$ 135,36

PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	MP	4741	0,1099	133,43	133,43	-	R\$ 14,65
----------------------------------------------------	----	------	--------	--------	--------	---	-----------

Estranhamente, para o item **2.1 foi considerado um desconto no insumo 4741**, referente ao valor sem BDI, cujo valor e de R\$133,43 e foi adotado o valor de R\$100,04. Ressalta, que para um novo item da planilha, como exemplo, o **item 4.1 não teve nenhum desconto no insumo 4741, referente ao valor sem BDI**, permanecendo o valor do insumo de R\$133,43.

A de ser considerado por esta Ilustre Comissão, que para um mesmo insumo, não pode haver divergência de valores na proposta apresentada, o que, conseqüentemente altera o valor total da proposta apresentada, e afronta o Edital em sua íntegra.

Por todo exposto, REQUER seja conhecido e provido o presente recurso e, consequentemente, a inabilitação da Empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA** por não atender ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 90003/2025, tanto pelo preço inexecutável apresentado, mas também pela divergência de valor no insumo 4741.

Certos da Compreensão de VS^a

Pede e Espera Deferimento.



São Gabriel da Palha/ES - 03 de novembro de 2025

WELFRIDO

PISKI:99618052753

Assinado de forma digital por
WELFRIDO PISKI:99618052753
Dados: 2025.11.03 17:01:40 -03'00'

Dominare Construções e Empreendimentos Ltda

CNPJ: 09.488.247/0001-73

Welfrido Piski - Administrador

CPF: 996.180.527-53

Ao Ilustríssimo Sr. Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha/ES

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
Nº 90003/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4910/2025)**

Recorrente: DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Recorrida: X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA.

Objeto: Recurso interposto contra a decisão de Habilitação da Recorrida.

A empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 32.539.457/0001-65, com sede na Rua Joaquim Alves de Souza, nº 37, Centro, Água Doce do Norte- ES CEP: 29820-000, representada por seu sócio/ procurador o Sr. Maicon da Silva Santos, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Joaquim Alves de Souza, s/n, Centro, Água Doce do Norte- ES, CEP: 29820-000 devidamente qualificada nos autos, vem, respeitosamente, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** em face da decisão de sua habilitação, o que faz nos seguintes termos:

I. Da Tempestividade:

As presentes Contrarrazões são apresentadas dentro do prazo legal estabelecido pelo Edital e pela legislação vigente, devendo ser integralmente **conhecidas** por este Agente de Contratação.

II. Síntese do Recurso

A Recorrente fundamenta seu pedido de inabilitação da **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA** em dois pontos:

MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115
654

Assinado de forma digital
por MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06
08:23:35 -03'00'

1. A proposta apresentada estaria **inexequível**, conforme item 7.12, alínea "b" do Edital.
2. Há **divergência** na composição de custo, especificamente no insumo **4741 - Pó de pedra (posto pedreira/fornecedor, sem frete)**:
 - No Item 2.1 (SINAPI - Cod. 4741), foi adotado o valor de **R\$ 100,04**, aplicando um desconto sobre o valor de referência sem BDI, que é de R\$ 133,43.
 - No Item 4.1 (COMP. 23, Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8 cm. Af_10/2022), o insumo **não** teve o mesmo desconto, permanecendo o valor de **R\$ 133,43**.
 - A Recorrente alega que "para um mesmo insumo, não pode haver divergência de valores na proposta apresentada".

III. Do Mérito - Refutação dos Argumentos

III.1. Da Exequibilidade da Proposta

A alegação de que a proposta estaria inexequível é vaga e desprovida de comprovação. Ademais, no **EDITAL NÃO CITA EM NENHUM MOMENTO QUE ERROS DE DIGITAÇÃO OU QUE PREÇOS DIFERENTE PARA DETERMINADOS SERVIÇOS SERIA PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA VISTO QUE OS PREÇOS OFERTADA PELA RECORRENTE NÃO INFERE O PREÇO TOTAL OFERTADO.** **O INSUMO DE FATO E O MESMO MAIS A APLICABILIDADE DE EXECUÇÃO NOS ITEM SÃO DIFERENTE, O ITEM 2 REFERE A SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, JÁ O ITEM 4 REFERE A PAVIMENTO/SINALIZAÇÃO.**

MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
654

Assinado de forma digital
por MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06
08:23:57 -03'00'

A Recorrente claramente busca criar um **VERDADEIRO SOFISMO**, ao qual visa obstruir todo o procedimento licitatório com claro intuito de atrasar o procedimento licitatório e induzir esta administração pública a tomar uma possível tomada de decisão errada, violando o princípio da competitividade.

III.2. Da Divergência de Valores no Insumo SINAPI 4741

A contestação da Recorrente sobre a diferença de preços no insumo 4741 entre os itens 2.1 e 4.1 trata-se de uma questão meramente formal, contudo, nota que a recorrente tenta a todo custo distorcer a realidade dos fatos, uma vez já que a proposta já foi analisada e aprovada pelo setor de Departamento de Engenharia deste município que no qual validou os cálculos apresentados.

Caso este Agente de Contratação ou Departamento de Engenharia entenda que o valor do insumo deve ser o mesmo, uma simples diligência pode ser feita para a devida correção pois pode - se trata de um mero erro material que pode ser sanável.

TEMOS, ASSIM, QUE UM SIMPLES ERRO FORMAL, PASSÍVEL DE CORREÇÃO, POR PARTE DA LICITANTE NÃO PODE SER MOTIVO SUFICIENTE DE DESCLASSIFICAÇÃO.

O ERRO FORMAL NÃO VICIA E NEM TORNA INVÁLIDO O DOCUMENTO. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa e validar o ato. **SE UM DOCUMENTO É PRODUZIDO DE FORMA DIFERENTE DA EXIGIDA, MAS ALCANÇOU OS OBJETIVOS PRETENDIDOS OU A FINALIDADE ESSENCIAL, REPUTAR-SE-Á VÁLIDO.**

O Tribunal de Contas da União possui diversos Enunciados neste sentido:

No curso de procedimentos licitatórios, **A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE PAUTAR-SE PELO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO**, que prescreve

MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654

Assinado de forma digital
por MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06 08:24:52
-03'00'

a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, **PROMOVENDO, ASSIM, A PREVALÊNCIA DO CONTEÚDO SOBRE O FORMALISMO EXTREMO**, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)

A EXISTÊNCIA DE ERROS MATERIAIS OU DE OMISSÕES NAS PLANILHAS DE CUSTOS E PREÇOS DAS LICITANTES NÃO ENSEJA A DESCLASSIFICAÇÃO ANTECIPADA DAS RESPECTIVAS PROPOSTAS, DEVENDO A ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE REALIZAR DILIGÊNCIAS JUNTO ÀS LICITANTES PARA A DEVIDA CORREÇÃO DAS FALHAS, DESDE QUE NÃO SEJA ALTERADO O VALOR GLOBAL PROPOSTO. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (Acórdão 2546/2015-Plenário)

Licitação. Julgamento. Erros materiais. **É POSSÍVEL O APROVEITAMENTO DE PROPOSTAS COM ERROS MATERIAIS SANÁVEIS, QUE NÃO PREJUDICAM O TEOR DAS OFERTAS**, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão 187/2014 Plenário Representação, Relator Ministro Valmir Campelo)

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. **ERRO NO PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DO LICITANTE NÃO CONSTITUI MOTIVO SUFICIENTE PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA, QUANDO A PLANILHA PUDE SER AJUSTADA SEM A NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO DO PREÇO OFERTADO.** (Acórdão 1811/2014-Plenário)

Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, **NÃO DEVEM LEVAR À DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE.** (Acórdão 2872/2010-Plenário)

Sendo assim, claramente se necessitar de alguma correção o erro é sanável e o valor final ofertado não altera, o que seria ilegal um ato de DESCLASSIFICAÇÃO, portanto, fica claro e evidente que, **UM MERO ERRO FORMAL JAMAIS PODE SER ARGUMENTO PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DE UMA LICITANTE**, desde que seja um erro passível de correção e que não traga prejuízo aos demais licitantes e nem à Administração Pública.

Se de fato necessitasse de uma possível correção, levando em consideração o valor unitário do insumo do item 2 contestado pela recorrente a empresa mesmo

MAICON DA SILVA
MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115
Dados: 2025.11.06 08:25:19
-03'00'

X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 32.539.457/0001-65

Rua Joaquim Alves de Souza, S/N – Água Doce do Norte – ES

✉ xbrasilempreendimento Ltda@gmail.com

assim tem margem suficiente para aplicar desconto significativo no insumo bloquete/piso do mesmo subitem 4.1, o que não muda o valor unitário com BDI e sem BDI ofertado para a execução do item, vejamos;

4	PAVIMENTO / SINALIZAÇÃO									
	COMPOSIÇÃO 23	SINAPI - CODIGO 94273	Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8 cm. Af_10/2022							
ITEM 4.1	MÃO DE OBRA E SERVIÇOS	UNID	CÓDIGO	COEFIC	C. Prod	Pr. Prod	Pr. Improd	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	4741	0,1098		100,04		100,04	-	R\$ 10,98
	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/ 16 FACES/ RETANGULAR/ TIJOLINHO/ PAVER/ HOLANDES/ PARALELEPÍPEDO/ '20 X 10' CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	M²	36170	1,0041		54,94		54,94	-	R\$ 55,17
	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	88260	0,2632		26,91		26,91	-	R\$ 7,08
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	88316	0,2632		23,57		23,57	-	R\$ 6,20
	PLACA VIBRATÓRIA REVERSIVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRIFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTENCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF_2015	CHP	91277	0,0055		10,45		10,45	-	R\$ 0,06
	PLACA VIBRATÓRIA REVERSIVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRIFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTENCIA 5,5 CV - CHI DIURNO. AF_2015	CHI	91278	0,1261		0,72		0,72	-	R\$ 0,09
	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTENCIA DE 13 HO, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIAMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1"). CHP DIURNO. AF_08/2015	CHP	91283	0,0038		11,04		11,04	-	R\$ 0,04

MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
654

Assinado de forma digital por
MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06 08:25:36
-03'00'

CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTENCIA DE 13 HO, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIAMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1"). CHP DIURNO. AF_08/2016	CHI	91285	0,1278	0,96	0,96	-	R\$ 0,12
SubTotal:							R\$ 79,74
RESUMO							
DISCRIMINAÇÃO		TAXA (%)		VAL.			
Mão-de-Obra (A)		Encargos S.		R\$ 79,74			
Materiais (B)		94,05 H		R\$ 0,00			
Equipamentos (C)		54,71 M		R\$ 0,00			
Produção da Equipe (D)				R\$ 1,00			
Custo Horário Total (A+C)				R\$ 79,74			
Custo Unitário da Execução [(A/D)+(C/D)] = E				R\$ 79,74			
Custo Direto Total (B+E)				R\$ 79,74			
Bonificações e Despesas Indiretas - BDI				R\$ 0,00			
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)				R\$ 79,74			
TOTAL COM BDI - (25,80%)				R\$ 99,94			

Desta forma, resta de forma incontroversa que o entendimento acerca do suposto erro de insumo de preços recai sobre mero erros que são ERROS SANAVEIS no qual não infere no preço total ofertado pela referida empresa.

DA LEGALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO

Em primeiro lugar, cumpre registrar que toda principiologia que orienta a atuação administrativa tem por objetivo garantir não só a observância do princípio constitucional da isonomia e a promoção do desenvolvimento sustentável, mas principalmente **“a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública”**, de modo que a licitação é o meio estabelecido para a obtenção da melhor oferta em condições isonômicas.

MAICON DA
SILVA
SANTOS:11072115654
5654

Assinado de forma digital
por MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06
08:25:58 -03'00'

X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 32.539.457/0001-65

Rua Joaquim Alves de Souza, S/N – Água Doce do Norte – ES

✉ xbrasilempreendimento Ltda@gmail.com

É tendo esse objetivo como norte que jurisprudências e doutrinas mais recentes têm orientado uma atuação administrativa pautada no formalismo moderado, reconhecendo que, no âmbito das licitações, o instrumento convocatório não representa um fim em si mesmo, mas um instrumento para se atingir aquele objetivo almejado.

Nesse sentido cumpre registrar que o E. Superior Tribunal de Justiça já assentou a validade desse entendimento, conforme a seguir:

"Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é 'absoluto', de tal forma que impeça o judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração.

[...] o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar

propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes. Segurança concedida."

(STJ — 1ª SEÇÃO, MS 5418-DF, REL. MIN. DEMÓCRITO REINALDO, DJU 1.6.98, P. 24.)

A constitucionalidade dessa exegese já foi, inclusive, reconhecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal, em importante julgado da lavra do saudoso Min. Sepúlveda Pertence.

Vejamos:

"Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do

objeto da licitação a licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa." (STF — RMS 23.714/DF, rel.Min. Sepúlveda Pertence,], em 05.09.2000, publicado no DJ de 13.10.2000, p. 21)

Ademais, em um recente acórdão (1217-2023 -Plenário), o Ministro-Relator Benjamin Zymler apresentou uma sequência de acórdãos paradigmáticos a fim de demonstrar a consolidação desse entendimento no âmbito daquela Corte de Contas ao longo do tempo:

"22. Não é demais lembrar que o processo licitatório é pautado pelo formalismo moderado e pela busca da verdade material. Nesse sentido, apresento os enunciados de diversas deliberações deste Tribunal:

"A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto."
(Acórdão 830/2018-TCU-Plenário).

"Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar a desclassificação de licitante." (Acórdão 2872/2010-TCU-Plenário).

"Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a

prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados." (Acórdão 357/2015-TCU-Plenário)"

Temos ainda a IN n.º 5 no item 7.9 dispõe de forma clara o seguinte:

"7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação."

Citamos o entendimento do TRF da 4ª Região, a respeito da IN nº 5:

Assim, "o simples somente erro na apresentação da planilha não implica, por si só, a desclassificação da proposta da impetrante sob esse fundamento, sem oportunizar prévia correção, desde que, por certo, não importe em modificação do lance vencedor, mantendo-se o interesse público na contratação da proposta mais vantajosa". (TRF da 4ª Região, Remessa Necessária Cível nº 5022466-18.2019.4.04.7200/SC, Rel. Des. Marga Inge Barth, Tessler, j. em 20.10.2020.)

Citamos ainda o Acórdão nº 4.621/2009 – Segunda Câmara

"Voto

Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes. NÃO PENSO QUE O PROCEDIMENTO SEJA SIMPLEMENTE DESCLASSIFICAR O LICITANTE. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e VERIFICAR SE A PROPOSTA, MESMO COM A FALHA, CONTINUARIA A PREENCHER OS REQUISITOS DA LEGISLAÇÃO QUE REGE AS LICITAÇÕES PÚBLICAS PREÇOS EXEQUÍVEIS E COMPATÍVEIS COM OS DE MERCADO.

(...)

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, PARECE-ME QUE OFENDERIA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA ECONOMICIDADE DESCLASSIFICAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E EXEQUÍVEL POR UM

MAICON DA SILVA
SANTOS:110721156

Assinado de forma digital por
MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06 08:26:50 -03'00'

54

ERRO QUE, ALÉM DE PODER SER CARACTERIZADO COMO FORMAL, TAMBÉM NÃO PREJUDICOU A ANÁLISE DO PREÇO GLOBAL DE ACORDO COM AS NORMAS PERTINENTES."

Como vimos, existem inúmeras jurisprudências e doutrinas, que combatem veemente a desclassificação da proposta de preços, por erros sanáveis na planilha de composição de custos.

O próprio Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se veementemente contra o excesso de formalismo:

As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

Em acórdão recente, o TCU novamente fez um alerta a respeito da necessidade de ocorrer flexibilização nas regras de editais de licitação, já que é uma medida benéfica, sem a incidência de burla à lisura do certame.

Nesse sentido, por meio do Acórdão no 342/2017 – 1ª Câmara, oriundo de representação que foi considerada prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços, foi dada ciência ao município de Itaetê/BA de que:

[...] em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços [...]

Mais uma vez o TCU considerou um formalismo exacerbado a desclassificação da empresa.

Por meio do Acórdão nº 1211/2021, o Plenário do TCU estabeleceu a possibilidade de o licitante submeter novos documentos para suprir erro, falha ou insuficiência, a fim de viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa, promovendo a competitividade e o formalismo moderado.

MAICON DA SILVA
SANTOS:110721156
54

Assinado de forma digital por
MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06 08:27:06 -03'00'

O TCU emitiu o Acórdão n. 1211/2021-P, com a seguinte ementa:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a **atestar condição preexistente** à abertura da sessão pública do certame **não fere os princípios** da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). **O pregoeiro**, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, **deve sanear** eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que **a vedação à inclusão de novo documento**, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.**

Não obstante, o TCU entendeu que, embora a regra estabelecida pelo Decreto nº 10.024/2019 seja a apresentação da documentação de habilitação até a data e o horário fixados para abertura da sessão pública, sendo permitido ao licitante retirar ou substituir documentos até o fim desse prazo (artigo 26), o pregoeiro/presidente de comissão deve sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica (artigo 17, VI, e artigo 47), por meio de ato devidamente fundamentado, com a especificação dos erros e das falhas passíveis de correção.

UM MERO ERRO FORMAL NA PROPOSTA DE PREÇOS NÃO PODE DESCLASSIFICAR EMPRESA EM LICITAÇÃO.

O principal objetivo de um procedimento licitatório, como se sabe, é suprir demandas de serviços e bens no preço mais vantajoso possível, atendendo-se, desta forma, o princípio do interesse público.

MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115
654

Assinado de forma digital por
MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06 08:27:22
-03'00'

X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 32.539.457/0001-65

Rua Joaquim Alves de Souza, S/N – Água Doce do Norte – ES

✉ xbrasilempreendimentoltida@gmail.com

Impedir, portanto, que um licitante participe ou tenha o objeto licitatório adjudicado por meros erros formais, o chamado formalismo exacerbado, pode vir a impedir o cumprimento desta finalidade precípua da licitação.

A desclassificação da empresa licitante deve ocorrer somente quando forem infringidos valores jurídicos relevantes, de modo a comprometer os fins visados e não quando podem ser supridos de forma imediata e sem qualquer prejuízo aos demais participantes e à Administração Pública.

O afastamento de uma contratação mais vantajosa pelo simples fato de existir um erro formal, no caso citado, um erro na planilha de composição de custos, **constitui uma verdadeira violação à ordem jurídica, em especial aos princípios da competitividade, da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência**, afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.

Marçal Justem Filho, in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, in verbis:

"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. **Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos.** Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."

Nota-se que eventuais erros de natureza formal no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame. Muito pelo contrário, uma vez verificado o equívoco na proposta da licitante, deve o órgão licitante conceder prazo para a regularização do erro, possibilitando, assim, o ajuste da proposta apresentada.

MAICON DA SILVA

SANTOS:110721156

54

Assinado de forma digital por

MAICON DA SILVA

SANTOS:11072115654

Dados: 2025.11.06 08:27:38 -03'00'

Vale destacar que em muitos casos o próprio Edital da licitação prevê que meros erros formais não poderão servir de motivo para desclassificação, o que não é atentado pelas Comissões de Licitação, sendo de absoluta importância a leitura integral do referido documento para que os licitantes tenham conhecimento das regras aplicáveis e argumentos possíveis de defesa em caso de desclassificações indevidas, que, aliás, ocorrem mais do que se imagina.

Temos, assim, que um simples erro formal, passível de correção, por parte da licitante não pode ser motivo suficiente de desclassificação.

EVIDENTE, PORTANTO, QUE UM MERO ERRO FORMAL JAMAIS PODE SER ARGUMENTO PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DE UMA LICITANTE, DESDE QUE SEJA UM ERRO PASSÍVEL DE CORREÇÃO E QUE NÃO TRAGA PREJUÍZO AOS DEMAIS LICITANTES E NEM À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

DA COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE E APROVAÇÃO DO ENTE PÚBLICO SOBRE OS PREÇOS OFERTADO

Em um primeiro momento, após a fase de lances/apresentação das propostas, **este Ilustre Agente de Contratação avaliou a compatibilidade dos preços ofertados e a exequibilidade da proposta mediante a laudo emitido pelo Departamento de Engenharia, vejamos;**

MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
654

Assinado de forma digital
por MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115654
Dados: 2025.11.06 08:27:54
-03'00'

RELATÓRIO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**Processo Administrativo nº 1279/2025 DE 17/02/2025.****Concorrência Eletrônica nº 90002/2024.****Objeto:** Contratação de empresa especializada para pavimentação de estradas vicinais neste município, conforme descrições detalhadas constantes nos projetos e planilhas, anexo nos autos, conforme convênio nº OGU/MIDR 954553/2023.**Empresa classificada: X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA****Assunto: Análise de Proposta**

Para averiguação da conformidade da proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, como se deixou antever, cuidou o agente de contratação de remeter, os autos à área técnica da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, solicitando auxílio para análise especializada quanto ao cumprimento das exigências de natureza técnica do certame, haja vista tratar-se do setor dotado de expertise para análise dos elementos atinentes a aferição da proposta.

No **Relatório de Análise** acostado aos autos, cuja cópia integra o presente Relatório de Julgamento, o Departamento de Engenharia decorreu ao exame dos arquivos estritamente relacionados à proposta apresentada pela empresa arrematante, dos quais fizeram a seguinte consideração:

Venho informar que foram verificados coeficientes, indicadores, bases de cálculo, fonte de referências, despesas diretas e indiretas das composições da planilha orçamentária da empresa X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA e as mesmas estão de acordo com as planilhas do orçamentista Municipal da obra em questão.

E diante do apontamento feito pelo Departamento de Engenharia deste município, neste momento aprova-se a proposta apresentada pela empresa arrematante.

São Gabriel da Palha, em 03 de setembro de 2025.


ERLITON DE MELLO BRAZ
Agente de Contratação

Claramente, de forma incontroversa concluiu em relatório de análise de julgamento da proposta pela **aceitabilidade**, o que culminou em sua habilitação.

A partir desse juízo positivo, a Recorrente, ao suscitar a inexecutibilidade, está tentando rediscutir uma matéria **superada pela análise técnica** deste órgão licitante. A Lei de Licitações busca a proposta mais vantajosa, e a desclassificação por inexecutibilidade só deve ocorrer mediante prova inequívoca de que o licitante não tem condições de cumprir o objeto, o que não é o caso, a proposta da empresa X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA é totalmente exequível e representa o preço mais vantajoso.

IV. Do Pedido

Diante do exposto, a X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA. REQUER ao Ilustríssimo Agente de Contratação:

1. Sejam a presente Contrarrazão conhecida e acolhida em sua integralidade.
2. Sejam os argumentos da Recorrente **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** julgados **IMPROCEDENTES**.
3. Seja MANTIDA a decisão de **HABILITAÇÃO** da empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA** e, conseqüentemente, seja negado provimento ao Recurso Administrativo.

Pede e aguarda Deferimento.

Água Doce do Norte/ES, 05 de Novembro de 2025.

MAICON DA SILVA Assinado de forma digital
por MAICON DA SILVA
SANTOS:11072115 SANTOS:11072115654
654 Dados: 2025.11.06 08:28:25
-03'00'

X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 32.539.457/0001-65



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações

FLS. Nº: 260
Processo: _____
Mat.: _____
Ass.: _____

RESPOSTA AO RECURSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4910/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação de estradas vicinais neste município, conforme descrições detalhadas constantes nos projetos e planilhas, anexo nos autos, conforme convênio nº OGU/MIDR 954553/2023.

RECORRENTE: DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. (CNPJ: 09.488.247/0001-73)

RECORRIDA: X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA. (CNPJ: 32.539.457/0001-65)

I. RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, em face da decisão que habilitou a proposta da licitante **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA.**, no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 90003/2025.

A Recorrente fundamenta seu pleito em dois pontos principais:

- 1 **Inexequibilidade da Proposta:** Alega que a proposta da Recorrida está inexequível, conforme item 7.12, alínea "b" do Edital.
- 2 **Divergência de Preços em Insumo:** Aponta que o insumo **4741 – Pó de pedra** apresenta valores distintos em diferentes itens da planilha de custos (R\$ 100,04 no item 2.1 e R\$ 133,43 no item 4.1), o que configuraria afronta ao Edital.

A empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA** apresentou suas Contrarrazões, refutando os argumentos e sustentando que:

- 1 A alegação de inexequibilidade é vaga e desprovida de comprovação.
- 2 A divergência de valores no insumo constitui **erro material sanável**, que não altera o valor global da proposta e não vicia o procedimento, invocando o **Princípio do Formalismo Moderado** e a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações

Processo: 261
Mat.: _____
Ass.: [assinatura]

II. FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE DO MÉRITO

A análise do presente Recurso deve ser pautada pelos princípios basilares da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), em especial a **busca pela proposta mais vantajosa** e o **formalismo moderado**.

II.1. Da Alegada Inexequibilidade da Proposta

A Recorrente alega genericamente a inexequibilidade da proposta da Recorrida. Contudo, a Lei nº 14.133/2021 estabelece critérios objetivos para a presunção de inexequibilidade em obras e serviços de engenharia.

O **art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021** dispõe que:

"No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração."

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é uníssona ao firmar o entendimento de que este critério legal estabelece uma **presunção relativa** de inexequibilidade, e não absoluta.

Nesse sentido, o **Acórdão nº 1.217/2023 – Plenário** do TCU, ao tratar do tema, reafirma que:

*"O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma **presunção relativa** de inexequibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 5º, da mesma Lei, dar oportunidade à licitante de demonstrar a exequibilidade de sua proposta."*

Uma vez que a Recorrente não apresentou elementos concretos que demonstrem que o valor global da proposta da Recorrida está abaixo do limite legal de 75% do orçamento estimado, e considerando que a Administração, por meio de seu Departamento de Engenharia, já validou a proposta, a mera alegação de inexequibilidade, desacompanhada de prova robusta, não é suficiente para desclassificar a proposta.

II.2. Da Divergência de Preços no Insumo (Erro Material)

O segundo ponto recursal refere-se à divergência de valores para o insumo 4741 na planilha de custos da Recorrida.

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações

FLS. Nº: 262
Processo: _____
Mat.: _____
Ass.: [assinatura]

A Administração Pública, ao conduzir o processo licitatório, deve observar o **Princípio do Formalismo Moderado**, que visa prestigiar o conteúdo em detrimento do excesso de formalidade, desde que não haja ofensa à isonomia ou ao interesse público.

A Lei nº 14.133/2021, em seu **art. 12, inciso V**, estabelece o **dever de diligência** do Agente de Contratação:

*"Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: [...] V - na fase de julgamento, serão observadas as seguintes regras: [...] d) o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá **sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas** [...]"*

A divergência de preço em um insumo específico, conforme apontado pela Recorrente, configura um **erro material** na composição da planilha. Conforme demonstrado nas Contrarrazões, a própria Recorrida reconhece a possibilidade de ajuste sem alteração do valor global da proposta, o que reforça a natureza sanável da falha.

O TCU possui entendimento consolidado, aplicável por analogia à Lei nº 14.133/2021, de que falhas meramente formais ou erros materiais nas planilhas de custos não devem levar à desclassificação, devendo a Administração promover a diligência para o saneamento.

Acórdão nº 2.546/2015 – Plenário (TCU):

"A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto."

No caso em tela, a Administração, ao validar a proposta da Recorrida, agiu em conformidade com o seu poder-dever de diligência, reconhecendo que a falha apontada é sanável e não compromete a lisura do certame ou a vantajosidade da proposta. A desclassificação da licitante por um erro material que pode ser corrigido sem alteração do preço final representaria um excesso de formalismo e um prejuízo ao interesse público, que busca a contratação mais vantajosa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações

File No: 263
Processo: _____
Mat.: _____
Ass.: _____

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, verifica-se que:

- 1 A alegação de inexecutabilidade não foi comprovada nos termos do art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e a presunção é relativa, cabendo à Administração a análise da executabilidade.
- 2 A divergência de valores no insumo 4741 configura erro material sanável, que não altera a substância da proposta nem o valor global, devendo ser aplicado o Princípio do Formalismo Moderado e o dever de diligência.

Portanto, a decisão de habilitação da empresa X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA. deve ser mantida, em prestígio aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

IV. DECISÃO

Pelo exposto, a Autoridade Competente, no uso de suas atribuições legais, decide:

- 1 **CONHECER** do Recurso Administrativo interposto pela empresa DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., por ser tempestivo.
- 2 **INDEFERIR** o Recurso Administrativo, mantendo-se integralmente a decisão de habilitação da empresa X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA.
- 3 Assim, e em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, submetemos a presente opinião à autoridade superior, neste caso, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, para decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Gabriel da Palha/ES, 25 de novembro de 2025.


ERLITON DE MELLO BRAZ
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Processo: 264
-dat.:
-ss.:

PROCESSO Nº 004910/2025

ENDEREÇAMENTO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

DESPACHO

1. Encaminho os presentes autos à Procuradoria-Geral do Município para conhecimento, análise jurídica e emissão de parecer, quanto ao recurso apresentado.

São Gabriel da Palha/ES, 25 de novembro de 2025.

JOÃO DIAS DE BARROS
Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria-Geral do Município

Fls. N.º

265

B. 265

PROCESSO Nº: 4910/2025

ENDEREÇAMENTO: GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO

Vieram os autos para conhecimento, análise e emissão de parecer, no que se refere a decisão tomada pelo Agente de Contratação no processo licitatório de concorrência eletrônica nº 90003/2025, a qual conheceu, porém indeferiu o recurso administrativo apresentado pela Recorrente Dominare Construções e Empreendimentos LTDA.

Em suma, a parte Recorrente impugnou a habilitação da Recorrida X Brasil Empreendimentos LTDA.

Pois bem, na atual Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) a competência administrativa para dirigir questões recursais é justamente do Agente de Contratação ou de sua Equipe de Apoio, sem prejuízo, no entanto, de eventual assessoramento pelo órgão Jurídico do Ente quando necessário (art. 7º, § 3º, da Lei nº 14.133/2021).

No mais, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, com base no princípio da segregação de funções, compete precipuamente ao órgão de assessoramento jurídico realizar controle prévio da legalidade dos atos licitatórios, mediante análise jurídica das minutas e eventuais contratações ou quando houver questionamento jurídico efetivamente demandado pela autoridade competente.

Neste panorama, ao compulsar a decisão tomada pelo Agente de Contratação às fls. 260 a 263, constatou-se que, no ato decisório, em nenhum momento surgiu dúvida jurídica pelo agente competente, ao contrário, sua decisão encontra-se bem fundamentada, alicerçada não só em base probatória, mas também em jurisprudência de órgãos de controle externo, como o TCU, por exemplo, demonstrando segurança técnica e autonomia decisória.

Assim, não se identifica a necessidade de emissão de parecer jurídico, uma vez que não há controvérsia jurídica submetida à apreciação desta Procuradoria, nem tampouco vício que demande controle prévio de legalidade adicional. Ressalte-se que o parecer jurídico não se presta, nesta etapa, a homologar ou cancelar o entendimento já externado pelo Agente de Contratação, sobretudo porque o ato decisório é de competência administrativa própria deste, em atenção ao princípio da segregação de funções.

Ademais, constata-se que, ao longo da fase recursal, foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, inexistindo irregularidades procedimentais que exijam intervenção jurídica.

Diante do exposto, devolvo os autos ao setor de origem, deixando de emitir parecer jurídico, ante a ausência de dúvida jurídica relevante ou de vício a ser sanado pela Procuradoria-Geral do Município.

São Gabriel da Palha – ES, 26 de novembro de 2025.

LUAN CELANTE GAZOLLI

Procurador do Município

OAB/ES 23.697

Matrícula nº 6348



PROCESSO N.º 004910/2025.

ENDEREÇAMENTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de Recurso Administrativo apresentado pela empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.488.247/0001-73, em face da decisão que habilitou a empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.539.457/0001-65, referente a Concorrência Eletrônica 003/2025, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para pavimentação de estradas vicinais neste município, conforme descrições detalhadas constantes nos projetos e planilhas, anexo nos autos, conforme convênio nº OGU/MIDR 954553/2023.

A empresa recorrente apresentou suas razões, tempestivamente, às fls. 249 à 251 que alega, em resumo, que a empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA** não atende ao Edital da Concorrência Eletrônica 003/2025..

A empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA**, apresentou as contrarrazões ao Recurso administrativo, conforme anexado nos presentes autos às fls. 252 à 259.

O Agente de Contratação às fls. 260 à 263, através de Resposta ao Recurso Administrativo, por todos os fundamentos expostos, conheceu do recurso apresentado pela **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** CNPJ Nº: 09.488.247/0001-73, para no mérito, **INDEFERIR** o Recurso Administrativo, mantendo então sua já proferida decisão.

Ao analisar os autos, **ACOLHO** integralmente a Resposta ao Recurso de fls. 260 à 263 e decido por **INDEFERIR/NEGAR**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Fls. nº: 267
Processo: 10
Mat.: 10
Ass.: 10

PROVIMENTO quanto ao mérito do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** CNPJ Nº: 09.488.247/0001-73. Portanto, acompanho e **RATIFICO** a Resposta a Recurso Administrativo apresentada pelo Agente de Contratação às fls. 260 à 263

Portanto, decido por **MANTER HABILITADA** a empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA** CNPJ Nº: 32.539.457/0001-65, no referido certame.

Para o fiel cumprimento dessa decisão:

1. Encaminho os presentes autos à Secretaria Municipal de Administração para proceder com a publicação da Decisão acima;
2. Encaminho os presentes autos ao Departamento de Licitação para proceder com as publicações necessárias e os demais prosseguimentos dos trâmites.

São Gabriel da Palha, 09 de dezembro de 2025.


TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal

268
f



Departamento de Imprensa Oficial

Estado do Espírito Santo



Governo do Estado
do Espírito Santo



www.dio.es.gov.br

Comprovante de Envio de Publicação

Protocolo 1686478

O Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo declara que o conteúdo abaixo foi recebido pelo Sistema IOES, para publicação no Diário Oficial na Categoria e Data descritas abaixo, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário Publicador o conteúdo da matéria e a data de publicação selecionada..

Identificação do REMETENTE

Cliente PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA
Publicador ANA JULIA MANZOLI NUNES
Data/Hora Recebimento 09/12/2025 15:30:58

Identificação da MATÉRIA

Protocolo 1686478
Título PROC. 4910-2025 - RECURSO - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA 03-2025 - RECURSO COM PROVIMENTO NEGADO
Categoria de publicação Adjudicação e/ou Homologação
Coluna(s) 1
Data de Publicação 10/12/2025
Situação APROVADA

Centimetragem (cm/col)	Valor Unitário (cm/col)	Valor Total
22.65	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Departamento de Imprensa Oficial

CNPJ: 28.161.362/0001—83
Av. Nossa Sra. da Penha, 714, Ed. RS TRADE TOWER, 4º andar
Praia do Canto - Vitória / ES
CEP 29.055-130

Publicações e Assinaturas

(27) 3636—6932 / (27) 3636—6933
(27) 3636—6934 / (27) 3636—6935
Fax: (27) 3636-6931
atendimento@dio.es.gov.br
Seg à Sex, de 08:00h às 18:00h



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

COMPROVANTE DE DESPACHO

ORIGEM

Local (Setor) **SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO**
Remessa Nº **000013638**
Responsável **ANA JULIA MANZOLI NUNES**
Data e Hora **09/12/2025 15:33:29**
Despacho **Encaminhado para análise do setor**

SÃO GABRIEL DA PALHA, 09 de dezembro de 2025


ANA JULIA MANZOLI NUNES
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

PROTOCOLO(S)

Processo, REQUERIMENTO Nº 004843/2025 - Interno
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA
SOLICITA PROVIDÊNCIAS - ADMINISTRATIVO

REQUER PROVIDÊNCIAS PARA CONTINUIDADE PROCESSO
LICITATÓRIO, CONFORME ANEXO.

Processo, REQUERIMENTO Nº 004910/2025 - Interno
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA
ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO -
ADMINISTRATIVO

REQUER ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA PAVIMENTAÇÃO
DE ESTRADA, CONFORME ANEXO.

RECEBIMENTO

Local (Setor) **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
Responsável _____

SÃO GABRIEL DA PALHA, ____ / ____ / ____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

as necessidades administrativas desta prefeitura, de acordo com o Termo de Referência constante no processo, e adjudicar o objeto, em favor das empresas: **HOTEL D'LOURENCI LTDA - ME**, com o valor de R\$ 141.160,00 (cento e quarenta e um mil, cento e sessenta reais).

São Gabriel da Palha-ES, 08 de dezembro de 2025.

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1686377

PROCESSO N.º 004910/2025.

ENDEREÇAMENTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de Recurso Administrativo apresentado pela empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.488.247/0001-73, em face da decisão que habilitou a empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.539.457/0001-65, referente a Concorrência Eletrônica 003/2025, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para pavimentação de estradas vicinais neste município, conforme descrições detalhadas constantes nos projetos e planilhas, anexo nos autos, conforme convênio nº OGU/MIDR 954553/2023.

A empresa recorrente apresentou suas razões, tempestivamente, às fls. 249 à 251 que alega, em resumo, que a empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA** não atende ao Edital da Concorrência Eletrônica 003/2025..

A empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA**, apresentou as contrarrazões ao Recurso administrativo, conforme anexado nos presentes autos às fls. 252 à 259.

O Agente de Contratação às fls. 260 à 263, através de Resposta ao Recurso Administrativo, por todos os fundamentos expostos, conheceu do recurso apresentado pela **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** CNPJ Nº: 09.488.247/0001-73, para no mérito, **INDEFERIR** o Recurso Administrativo, mantendo então sua já proferida decisão.

Ao analisar os autos, **ACOLHO** integralmente a Resposta ao Recurso de fls. 260 à 263 e decido por **INDEFERIR/NEGAR PROVIMENTO** quanto ao mérito do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** CNPJ Nº: 09.488.247/0001-73. Portanto, acompanho e **RATIFICO** a Resposta a Recurso Administrativo apresentada pelo Agente de Contratação às fls. 260 à 263

Portanto, decido por **MANTER HABILITADA** a empresa **X BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA** CNPJ Nº: 32.539.457/0001-65, no referido certame.

Para o fiel cumprimento desta decisão:

1. Encaminho os presentes autos à Secretaria Municipal de Administração para proceder com a publicação da Decisão acima;

2. Encaminho os presentes autos ao Departamento de Licitação para proceder com as publicações necessárias e os demais prosseguimentos dos trâmites.

São Gabriel da Palha, 09 de dezembro de 2025.

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1686478

São Roque do Canaã

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90043/2025

ID CidadES: 2025.068E0700001.01.0040

O **MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.865/0001-71, **UASG 980764**, por meio do Setor de Licitações, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, que na data, horário e local abaixo assinalado, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, pelo modo de disputa **ABERTO**, com o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme processo administrativo nº 003811/2025, **objetivando a formalização de registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinados a atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública municipal do Município de São Roque do Canaã-ES, no exercício de 2026, para o período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades das Secretaria Municipal de Educação**, conforme especificações e condições constantes no Anexo I - Termo de Referência.

Prazo final de acolhimento de propostas: 22/12/2025 às 08h00min.

Abertura da Sessão Pública: 22/12/2025 às 08h30min.

O edital completo e seus anexos encontram-se disponível:

a) Gratuitamente na internet no site www.saoroquedocanaa.es.gov.br, bem como no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br.

b) Para consulta gratuita na sala de licitações na Sede da Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã-ES, sito à Rua Lourenço Roldi, 88 - Bairro São Roquinho - São Roque do Canaã-ES - CEP 29.665-000, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira das 7h30min às 16h30min, período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

São Roque do Canaã - ES, 09 de dezembro de 2025.

LETICIA PERIN
ASSESSOR DO EXECUTIVO I
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.687/2025
Protocolo 1682064